

SÊNECA ENTRE A COLABORAÇÃO E A OPOSIÇÃO

MARIA LUIZA CORASSIN*

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo

RESUMO: *O objetivo deste artigo é situar Sêneca no contexto político do sistema imperial romano e sua posição diante do poder do príncipe na época de Nero, sublinhando a evolução do pensamento aristocrático a respeito da idéia monárquica em Roma.*

PALAVRAS-CHAVE: *Sêneca; Nero; idéias políticas.*

Para compreender o drama do qual foram protagonistas Sêneca e o imperador Nero é necessário remontar às origens do Principado. Até a época em que estes personagens viveram, em meados do século I d.C., os pensadores romanos, sobretudo de orientação estoica, continuavam a raciocinar em função das idéias políticas e da tradição moral da República, tentando conciliá-las com a realidade do regime político do principado, que queriam acreditar limitado. A aristocracia romana, constrangida à aceitação de um poder central forte, tentava ao mesmo tempo estabelecer limites à abrangência deste poder. Desta contradição básica resultou uma ideologia também pouco coerente, característica deste período. Reconhecemos no discurso de autores oriundos desta aristocracia senatorial um conjunto de valores que só adquire sentido se relacionado com o contexto histórico vivenciado; o objetivo deste discurso era a defesa de interesses de grupo, estabelecendo uma relação entre o aristocrata, que defende a continuidade de seus privilégios, e o príncipe, que deve ser convencido a adotar um determinado comportamento.

Retornando até Augusto e ao momento de instalação do Principado após as guerras civis que marcaram a fase final da República, constatamos que a ideologia oficial presente no documento conhecido como *Res Gestae*, redigido por Augusto, e também em documentos primários conservados por Suetônio, não faz nenhuma referência à realeza e nem mesmo à monarquia. Foi dada ênfase à reconstrução do Estado, sem apelar para formas consideradas inaceitáveis como a realeza e a dita-

dura; mas introduzindo-se a noção de “principado” criava-se a ficção de um Estado fundamentado na legalidade e na liberdade. O *regnum* odiado pelos contemporâneos, ligado à ditadura cesarista, acaba se confundindo com o dominato oriental de Marco Antônio, uma aventura apresentada como uma ameaça ao Estado e ao Império. A ideologia romana, orgulhosa de ser ocidental, exalta um Estado fundado na razão, conforme à natureza, aquele Estado que o pensamento estóico legitima desde Políbio; seu oposto é o *regnum*, fundado no servilismo das massas de súditos. A rejeição ao *regnum* liga-se ainda, no imaginário romano, à recordação odiosa dos Tarquínios, cuja expulsão na primeira fase da história da cidade permitira a instalação da *libertas*. As *Res Gestae* fornecem a idéia de um Estado baseado no funcionamento harmonioso dos diversos corpos políticos (André, p. 5-6).

Embora um momento chave na transformação institucional, a instauração do Principado não foi acompanhada por uma reformulação teórica do pensamento político. Nem poderia ser de outra forma. Oficialmente, Augusto apenas restaurou a República, comprometida pelas guerras civis. Instaurou novamente a paz num mundo romano dilacerado por longos anos de lutas intestinas. Teoricamente, ele não foi revestido de nenhum poder extraordinário: limitou-se a assumir um certo número de magistraturas tradicionais, depois de num golpe de cena magistral devolver ao Senado todo o poder, em 27 a.C. No seu documento, as *Res Gestae*, afirmará: *Rem publicam ex mea potestate in senatus populique Romani arbitrium transtuli* (R.G., 34); dirá ainda que não foi superior em *potestas* a ninguém, mas apenas em *auctoritas*. Construiu com cuidado a sua imagem como o *princeps* republicano. Augusto refere-se a si mesmo como *me princepe* (R.G., 13). A ficção no aspecto formal foi cuidadosamente mantida ao longo de seu governo e pelos seus sucessores. Nestas circunstâncias, não poderia ser elaborada uma teoria política nova; pelo contrário, o esforço oficial concentrou-se no sentido de demonstrar que nada mudara, apesar das evidências em contrário.

A propaganda imperial retomou temas ligados à ideologia republicana. O famoso sistema misto descrito por Políbio (VI,3: “a melhor constituição, uma combinação das três espécies mencionadas”) e depois retomado por Cícero no *De Republica* (II,39), baseado na idéia de um governo capaz de combinar simultaneamente os princípios aristocrático, democrático e monárquico, partilhado entre Senado, Povo romano e cônsules eleitos, continuava aparentemente a vigorar em Roma: o príncipe recebeu os poderes do Senado, que continuava como depositário do poder a ser transmitido ao imperador. A *Respublica* era colocada no centro da propaganda de um governo que na prática tendia para a monarquia, mas cuja expressão se esforçava por negar. Ao mesmo tempo em que o poder tornava-se cada vez mais persona-

lizado na figura do imperador, procura-se negar que o príncipe possa dispor livremente do império. Este fato explica a ausência de uma regra de sucessão ao poder; ao contrário de monarquias declaradas e assumidas, o poder imperial em Roma não se ligou à hereditariedade. Criar uma regra clara de sucessão era inimaginável, pois teoricamente jamais houve um império considerado como uma propriedade pessoal passível de transmissão por herança. O príncipe era considerado apenas depositário de um patrimônio que pertencia coletivamente ao *Populus Romanus*; esta visão derivava diretamente do período republicano, em que a *Respublica* era constituída apenas pela cidade de Roma, profundamente diferenciada em relação às monarquias orientais (Touchard, p. 109s). No dizer de Jean-Marie André, no seu artigo sobre a concepção de Estado (André, p. 4), deve-se considerar no Principado a existência de uma monarquia republicana que assume o “povo”, mas sem dar voz deliberativa à “massa”; um povo submetido de fato a uma monarquia, mas que continua ser considerado o “povo-rei”, o *populus-princeps*. De um lado, o racionalismo político derivado da tradição grega; de outro, as aspirações teocráticas provenientes do Oriente helenizado e conquistado por Roma. Estes eram os problemas colocados para uma *civitas* que embora formalmente fosse uma República, adquirira um império, tornando-se a potência hegemônica do mundo mediterrâneo.

A questão que se colocou precocemente, a partir do principado de Augusto, foi a relação entre o príncipe e o Senado, ou de modo mais teórico, do principado com a *libertas*. Este problema dizia respeito principalmente aos membros da antiga elite dirigente, aos senadores e *equites*, que em contacto direto com o poder tinham duas opções: a colaboração e conseqüente integração na construção do novo Estado desenhado por Augusto, ou o conflito aberto com o príncipe.

As idéias políticas correntes nesta fase inicial do Império foram desenvolvidas por elementos pertencentes a esta aristocracia senatorial. Um ponto básico a ser ressaltado é o abandono da alternativa representada pelo completo retorno à República. O Império se apresenta como uma realidade indispensável. Mesmo nos momentos de crise, como o da deposição e morte de Calígula, não se cogitou num retorno (de resto inviável) ao sistema republicano; apenas ocorreu a substituição de um príncipe por outro. Os autores de reflexões políticas defendem as virtudes republicanas, não mais a constituição republicana. A necessidade de um poder pessoal centralizado e forte parecia a todos inevitável. Mas se a aristocracia aceita a necessidade de existir um imperador, aspira que seja um imperador que garanta a ela o *status* privilegiado dentro da sociedade, que atue como o *princeps*, o primeiro dos cidadãos, mas que ofereça uma série de garantias morais de seu comportamento. Plínio, o Moço (Pline le Jeune, 1947), dirá um pouco mais tarde, elogiando Trajano

como *Optimus princeps*, que Trajano “se considera como um de nós” (*unum ex nobis putat*), entendendo por “nós” os senadores, obviamente.

Esta contradição inerente ao regime imperial criado por Augusto produzirá seus efeitos dramáticos sob determinados imperadores, incapazes de seguir as linhas gerais desta política aristocrática, que desejaram imprimir outro rumo, em direção à ampliação do poder pessoal, cedendo à aspirações centralizadoras e teocráticas.

O reinado de Nero que contava apenas 17 anos quando foi aclamado imperador representa a tentativa mais orgânica até então realizada de dar ao principado uma conotação autocrática também a nível formal. Trata-se de um momento central na vida do Império pelo confronto de forças antagônicas, se abstrairmos os aspectos extravagantes e também o fracasso da tentativa (terminando com a morte de Nero e o fim da dinastia júlio-claudiana). Desde o início do principado, com Augusto, encontramos duas tendências referentes ao poder imperial: a “constitucional” e a “autocrática”. O equilíbrio consistia justamente em não privilegiar esta última, deixando subsistir na ambigüidade da construção de Augusto os aspectos que permitiam ao príncipe assumir conotações monárquicas naquelas regiões do império educadas nesta visão política. A tendência autocrática era estimulada pela tradição helenística; no Oriente a figura do imperador era assimilada pela tradição absolutista; o Oriente helenizado era muito mais receptivo à aceitar a divinização do imperador, fato impensável em Roma ou nas áreas ocidentais romanizadas (Clemente, 1977, p. 244).

Por um lado, os príncipes concentraram progressivamente sua autoridade; de outra parte, a antiga elite dirigente tentou limitar este poder novo, inevitável dentro da realidade de que Roma, transformada num imenso Império, necessitava de uma força centralizadora; mas este poder parecia intolerável para aqueles espíritos ainda educados nos valores republicanos, agora parte de um passado sem possibilidade de retorno, mas não admitido como tal.

Na impossibilidade de modificar a realidade institucional, esta elite voltou-se para uma elaboração ideológica. O estoicismo, identificado em Roma com o espírito republicano, assumiu também duas vertentes: uma, alimentou a resistência ao poder imperial; outra, justificou o compromisso e a participação no poder.

Na doutrina estóica a liberdade consiste na aceitação consciente de uma ordem natural, sendo ao mesmo tempo um bem indispensável. O sábio é livre em todas as circunstâncias e a sua liberdade interior absoluta; pode refugiar-se em si mesmo e em último caso subtrair-se a qualquer pressão por meio da morte voluntária. Por outro lado, a manifestação de sua liberdade pode ser a adesão a uma ordem

racional e a sua participação nela. O estoicismo permitirá aos aristocratas romanos do século I tanto a adesão à ordem estabelecida como a retirada da vida pública. À questão: “o sábio deve ocupar-se da política?”, Sêneca responde com uma negativa no *De Otio*, aconselhando a abstenção política (Touchard, 1970, p. 113). Em *De Tranquillitate Animi*, de 49 d.C., ele afirma:

A melhor regra é combinar o repouso com a ação, todas as vezes que a atividade pura nos for perturbada por impedimentos acidentais ou por condições políticas (IV,8). Conforme a situação da República e o que a fortuna nos permitir, lançar-nos-emos a todo pano ou nos recolhemos em nós mesmos (V, 4). Se pertencemos a um tempo no qual a vida política é difícil de ser praticada, tornemos mais ampla a parte do ócio e do estudo (V,5).

A política em si mesma pertence à categoria das coisas indiferentes e apenas pelo uso que dela se faz é que resulta em atos virtuosos ou condenáveis. O estoicismo desta forma está presente na relação tão delicada constituída entre o poder do príncipe e as aspirações da aristocracia senatorial.

Sêneca considera a existência de um estado ótimo do principado, aquele que foi estabelecido por Augusto e que se deteriorou sob Tibério, Calígula e Cláudio, cujo comportamento é qualificado como o de “tiranos”. No *De Clementia*, tenta definir o bom imperador: o príncipe deve agir no interesse dos seus súditos e não no seu próprio; ele não é um senhor, nem um deus; deve ser sobretudo o servidor e o intérprete das leis. Este programa exigiria portanto, como pressuposto, uma partilha do poder entre o príncipe e o Senado.

Uma vez admitida como inevitável a existência de um regime que tende para a monarquia, resta apenas a estes aristocratas, cujo pensamento Sêneca expressa, formular o desejo de que o imperador auto-limite a sua autoridade. O problema político foi transformado numa questão moral (Touchard, 1970, p. 114-5). O príncipe deve ser um sábio: Sêneca reivindica que ele possua as virtudes estóicas, escravo da lei moral, aquele que se esquece de si mesmo. Ao mesmo tempo que encarna a autoridade do Estado, que aceite respeitar o Senado. Se quisermos usar um conceito moderno fornecido pela psicologia, a personalidade do imperador torna-se determinante, pois tudo depende da vontade imperial. O próprio título das obras (*De Clementia*, *De Ira*) enfatiza este aspecto. Para Sêneca, a garantia de um principado justo reside nas virtudes do bom imperador.

Os opositores do Império atacam os vícios do mau imperador, abstendo-se de condenar o princípio em si do regime imperial. Os ataques pessoais em alguns casos evidenciam também uma crítica velada ao regime, uma posição compreensível entre aqueles que ainda conservavam a memória do efetivo poder exercido pelo Senado durante a República e suportavam com dificuldade a situação de dependência senatorial ao poder do imperador e de seus auxiliares, funcionários não aristocráticos e libertos.

Sêneca descreve a conduta desejável do príncipe no tratado *De Clementia*: ser o maior apenas para ser o melhor, para trabalhar mais eficazmente a serviço do outro. Esta conduta garante a própria segurança do imperador, ao contrário do ódio que ele possa inspirar. Traça um quadro dos excessos da tirania para contrastar com a clemência de Nero (Chaumartin, p. 1705-6).

No *De Beneficiis*, livro II, 20, o filósofo expressa sua opinião sobre o regime imperial: como ensina a escola estoica, o melhor regime é a realeza justa; o retorno ao regime republicano tornou-se impossível pela decadência dos costumes romanos. A vitória de Pompeu teria conduzido à escravidão, o mesmo acontecendo com a vitória de César; a morte do tirano é inútil, pois logo surge um substituto; este é um fato da natureza humana, como a história romana o comprova (Chaumartin, p. 1709).

Em autores posteriores a Sêneca pode ser detectada a sobrevivência de elementos de seu pensamento. O bom rei é necessariamente um filósofo e o filósofo tem vocação para ser rei, pois só a filosofia permite ao soberano conhecer a lei imanente ao universo e elaborar uma legislação garantindo aos seus súditos a ordem e a concórdia, pela qual expressa seu amor pelos homens e sua capacidade de fazer o bem. É seu único meio de tornar-se representante de Deus governando o Universo. O rei dentro da cidade é a imagem da divina beleza, se ele age segundo a justiça de Zeus. A educação filosófica, indispensável para a função real, supõe uma abertura para o conselho do outro, também necessária para o exercício desta função. A figura do rei assim concebida o distingue do tirano. Sêneca se apoiou na doutrina do *rex iustus* para dar um fundamento ideológico ao principado (Chaumartin, p. 1709-10). Mas diferentemente do rei helenístico, o príncipe em Sêneca é um homem entre os homens, a quem sua posição elevada confere um poder e uma função semelhante a dos deuses, mas cujo ser não foi transformado por essa grandeza, encontrando-se mesmo ameaçado, pois ele permanece sujeito às condições inerentes da natureza humana (Adam, 1970, p. 41-4).

A atitude de Sêneca em relação a Nero e ao principado evoluiu ao longo do tempo. No *De Clementia*, no período em que ele é o conselheiro do príncipe, procu-

ra oferecer uma imagem ideal do príncipe a fim de fornecer uma justificativa ideológica ao principado. No *De Beneficiis*, ao contrário, ele dá uma resposta à questão: “qual a conduta a seguir quando a monarquia cessa de ser justa, quando ela ameaça se transformar em tirania?” Como a depravação dos costumes impede o retorno à República e o aviltamento dos espíritos torna inevitável a perpetuação da tirania, não há outra saída senão o isolamento na vida espiritual (Chaumartin, p. 1711-2).

Sêneca escolheu o tema de sua reflexão sem dúvida inspirado em grande parte pela sua situação em relação ao príncipe, e pelo desejo de denunciar as aberrações da eventual conduta de um monarca que se torna mais temível pelo poder absoluto do qual é detentor, num momento em que a vontade de um só indivíduo pode transformar o regime na pior tirania, quando os delatores ameaçam a vida e a liberdade de todos os cidadãos (Chaumartin, p. 1712).

Para contrapor ao príncipe justo, delinea-se a figura do “tirano”, culpado por exorbitar no absolutismo e na arbitrariedade; são assim classificados todos aqueles que por diferentes razões oprimem a aristocracia (Touchard, p. 115). Sêneca estigmatiza Calígula com particular virulência nas *Consolações* e no *De Ira*, pela sua megalomania e vontade de humilhar. Segundo Suetônio, a prodigalidade de Nero se manifestava pelo estilo de vida suntuoso e pelos presentes concedidos a personagens duvidosos. No *De Beneficiis* (I,15,3) Sêneca critica a benemerência que se converte em dissipação. Dion Cássio afirma que Nero procurou imitar Calígula quando começou a rejeitar os conselhos de Sêneca e Burrus. Estaria Sêneca procurando advertir Nero por meio da crítica a Calígula (Chaumartin, p. 1704). O que se evidencia em todos estes autores, independentemente da época do Império em que viveram, é a crítica contra a dissipação praticada pelos tiranos, em contraste com a liberalidade auto-controlada do soberano justo. A mesma temática reaparece até no século IV, na *História Augusta*.

O reinado de Nero caracteriza-se pelo contraste entre os dois períodos nos quais costuma ser dividido. Durante o chamado “quinqüênio feliz”, de 54 a 58, o jovem Nero manteve-se sob a influência do prefeito do pretório Afrânio Burrus e do filósofo Sêneca, transformado em teórico do poder; este, como preceptor do futuro príncipe desde a época de Cláudio, orientou o seu governo para a forma tradicional aristocrática.

Em 58, Nero começou a governar de modo mais pessoal; dentro da visão dos historiógrafos ou biógrafos antigos, este foi considerado o ano da mudança e buscaram as causas externas para a corrupção do príncipe; na verdade ele apenas havia sofrido uma evolução lógica. Para os antigos, apegados à tipologia do príncipe “bom”

ou “mau”, era difícil encontrar espaço para uma análise histórica. As medidas tomadas por Nero apontam para um rompimento com as classes que sustentavam a linha tradicional do principado. Nero iniciou uma tentativa de instaurar a autocracia e de impor, inclusive com os sinais exteriores, o modelo de monarquia oriental, que buscou transferir para Roma. Criava a imagem do monarca divino, do esteta amante da beleza. Em 64, estando Burrus morto e Sêneca tendo se retirado, Nero após o incêndio reconstruiu Roma de forma grandiosa. A sua residência, a *Domus Aurea* tornou-se o símbolo de fausto, muito diferente da austera residência de Augusto no Palatino, quase tão simples como a de um particular. Ergueu uma enorme estátua dedicada ao Sol, mas com seu semblante (Clemente, 1977, p. 245-6).

Em 64 houve outra importante medida neroniana: a redução de peso do denário, a moeda de prata fundamental do sistema romano; o aumento da moeda circulante, pelo menos provisoriamente, foi benéfica para os mais pobres e endividados. Este aspecto econômico-financeiro do reinado de Nero geralmente é descuidado por muitos historiadores que preferem se deter em pontos que fazem parte do “folclore” neroniano. É evidente que os credores mais abastados sentiram-se prejudicados por esta política, o que influiu na diminuição do apoio das elites dirigentes a Nero e explica também a hostilidade destas ao príncipe.

Do ponto de vista econômico, o período inicial do reinado de Nero difere fundamentalmente do mais tardio. Thornton (Thornton, p. 149-75) fez um estudo sobre a política de despesas neronianas relacionada com os itens que eram então básicos nas despesas públicas, comparando com os gastos do próprio Augusto. Ele conclui que, enquanto o Império esteve sob o controle de Sêneca e Burrus, foram restringidas as despesas com os espetáculos dedicados à plebe romana, com poucas construções públicas e *congaria*, embora amigos do imperador, pertencentes à aristocracia, sejam mencionados como tendo sido generosamente contemplados (inclusive o próprio Sêneca). De 62 a 68, estende-se o período independente da política de Nero; em busca de popularidade, ele adotaria uma política mais orientada para a massa e menos aristocrática do que a seguida por Sêneca e Burrus. Thornton avança a hipótese de ter sido uma tentativa para enfrentar tumultos populares dos quais há indícios nas fontes. Esta política se caracterizou por freqüentes espetáculos públicos de diversos gêneros, expansão de construções públicas (*balnea*, termas, ginásios reconstrução de ruas e casas de Roma, além da famosa residência imperial, alvo de tantas críticas dos adversários de Nero), distribuições de trigo e outras. Em contraste, teriam sido restringidas as doações a aristocratas e aos soldados. Assim, Nero teria seguido, neste aspecto, a política de Augusto para aumentar sua popularidade junto à plebe de Roma, por intermédio de obras públicas, espetáculos, distribuições

de trigo e dinheiro. Efetivamente a popularidade de Nero persistiu após sua morte; a maioria dos historiadores concorda neste aspecto: a recordação de Nero permaneceu viva junto à plebe urbana da cidade de Roma até o Império tardio. Sua imagem é uma das mais freqüentes nos *contornati*, medalhões comemorativos cunhados no século IV com temas ligados à vida urbana.

A revolta que eliminou Nero foi o sinal evidente de que as forças efetivas do principado não atuavam mais apenas em Roma. Os rebeldes eram fiéis à concepção imperial; era indiscutível também a lealdade das tropas, que se sentiam representadas por seus comandantes e eram influenciadas pela opinião pública das províncias onde permaneciam estacionadas por tanto tempo. O Senado continuava sendo um instrumento de continuidade; dele os aspirantes a imperador solicitavam o reconhecimento formal do poder, mas sozinho este órgão não conseguia mais criar um novo imperador. Os comandantes das legiões haviam descoberto que um imperador podia ser criado fora de Roma, nas províncias.

A concepção de governo de Nero foi derrotada neste momento; mas ele demonstrara que um imperador podia governar de forma autocrática e que no Império havia forças dispostas a apoiá-lo: em primeiro lugar, a plebe urbana, que transformou Nero num mito; a ela não interessavam os problemas dos senadores; sentia-se mais próxima do imperador que participava dos *ludi* e obrigava a aristocracia ao mesmo comportamento; por outro lado, a política de gastos significava para ela um novo, embora efêmero, bem-estar; as províncias orientais, onde a aparição de um falso Nero provocava anos depois movimentos populares, também se sentiam próximas de um governo autocrático. O pronunciamento militar das províncias ocidentais eliminou a tentativa prematura, mas as raízes desta evolução mostrar-se-iam não elimináveis (Clemente, 1977, p. 247-8). A nobreza romana esgotada mostrava-se disposta, já no final do século I, a aceitar sem maiores reservas a fórmula autoritária. A ascensão de Vespasiano trouxe ao poder imperial as novas classes dirigentes itálicas. Com a dinastia júlio-claudiana encerrara-se o predomínio das velhas famílias aristocráticas oriundas da própria Roma ou do Lácio, remanescentes do período republicano. Os Flávios provêm de uma linhagem de itálicos de nobreza recente, ou antes, de grupos sociais emergentes. A época dos Antoninos, apontada como a “idade de ouro” pela historiografia antiga, testemunha a colaboração entre o príncipe e o Senado, resultante da própria transformação da composição desta aristocracia senatorial e da adesão das elites provinciais e municipais, inclusive do Oriente helenístico, ao sistema imperial, no qual se sentiam representadas. A nova classe dirigente (pela sua composição social, origem e pela sua base econômica) mostrar-se-á mais inclinada a aceitar a idéia da monarquia representada por Marco

Aurélio, com uma visão humanística do poder, como passou a ser elaborada no século II pelas escolas filosóficas: um Império universal capaz de integrar todos os aqueles que sejam dignos de confiança e de ocupar os cargos públicos. Díon de Prusa irá delinear os traços da “Basiléia”, inspirada nas idéias estoicas, do imperador que não é um tirano, um déspota, mas um benfeitor. Ao traçar as linhas fundamentais do bom governante, ele retomou o pressuposto ideológico da preponderância senatorial: a conciliação entre o principado e a idéia da *libertas*.

NOTA

- * Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em História e do Curso de Graduação em História da FFLCH-USP e Professora Convidada do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da FFLCH-USP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, T. *Clementia principis*. *Kieler Historische Studien*. Stuttgart, 11, 1970.
In: MORTUREUX, B. Les ideaux stoiciens et les premières responsabilités politiques: le “De clementia”. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin, II, 36, 3. p. 1664.
- ANDRÉ, J.-M. La conception de l’Etat et de l’Empire dans la pensée gréco-romaine des deux premiers siècles de notre ère. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin, II, 30, 1.
- CHAUMARTIN, F.-R. Les désillusions de Sénèque devant l’évolution de la politique néronienne et l’aspiration à la retraite: le “De vita beata” et le “De beneficiis”. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin, II, 36, 3.
- CLEMENTE, G. *Guida alla storia romana*. Milano: Mondadori, 1977.
- PLINE LE JEUNE *Panégyrique de Trajan*. Paris: Belles Lettres, 1947.
- SÊNECA. *Da tranquilidade da alma*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- THORNTON, M. K. The Augustan tradition and Neronian economics. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin, II, 2.
- TOUCHARD, J. (Dir.). *História das idéias políticas*. Lisboa: Europa-América, 1970.

CORASSIN, Maria Luiza. *Sénèque entre la coloboration et l'opposition.*

RÉSUMÉ: *L'objectif de l'article c'est situer Sénèque dans le contexte politique du système impérial romain et sa position devant le pouvoir du prince à l'époque de Néron. On souligne l'évolution de la pensée aristocratique sur l'idée monarchique à Rome.*

MOTS-CLÉS: *Sénèque; Néron; idées politiques.*